



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE JACAREÍ - 0023

[1001 a 1500 processos]

Em 6 de outubro de 2020, o Excelentíssimo Corregedor Regional, Desembargador **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR Nº 10/2020, divulgado em 16/9/2020 no DEJT (Edição 3060/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 684 / 686). Presente, por videoconferência, o MMo Juiz Titular ADHEMAR PRISCO DA CUNHA NETO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Ayrton Rocha, Luciano Marcelo Christ, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto.
Jurisdição Atendida:	IGARATA, JACAREI, SANTA BRANCA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	14/03/1979
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	03/12/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ADHEMAR PRISCO DA CUNHA NETO	21/02/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/07/2020 a 13/08/2020	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ORLANDO AMANCIO TAVEIRA	25/09/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2019 a 03/12/2019	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/12/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS	18/11/2019 a 03/12/2019
AFRANIO ROBERTO PINTO ALVES SEIXAS	04/12/2019 a 19/12/2019

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CLEA RIBEIRO	07/01/2020 a 05/02/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	06/02/2020 a 20/02/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULO CESAR DOS SANTOS	15/07/2020 a 13/08/2020
PAULO CESAR DOS SANTOS	14/08/2020 a 16/08/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
REGINALDO LOURENCO PIERROTTI JUNIOR	30/06/2020 a 30/06/2020
REGINALDO LOURENCO PIERROTTI JUNIOR	24/08/2020 a 24/08/2020

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
EDNA KAMEZAWA DE ANDRADE	TJA	FC-02 ASSISTENTE	29/10/2014
GUSTAVO DANTAS LENCIONI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	28/06/2010
HELANIA HELENA CAETANO GOMES	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	30/04/2015
LENI APARECIDA BATISTA PEREZ CAMPOS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	20/10/2008
MARCIA TETTE LOPES SILVA	ND	FC-01 EXECUTANTE	30/03/2009
PATRICIA SALONI DE MESQUITA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/04/2015
RENATO MEIRA CRISPIM	TJA	FC-04 CALCULISTA	15/12/2011
RUBIA FAGALI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	22/05/2013
SERGIO ADRIANO GONCALVES GEIA	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	30/11/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [12/2019 a 08/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	5
TOTAL	19



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANDRESSA VIEIRA SIGNORINI VERDI	MUNICÍPIO DE JACAREÍ	01/04/2019



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [12/2019 a 08/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ADHEMAR PRISCO DA CUNHA NETO	19
PAULO CESAR DOS SANTOS	4

SERVIDORES	HORAS
EDNA KAMEZAWA DE ANDRADE	16
GUSTAVO DANTAS LENCIONI	35
HELANIA HELENA CAETANO GOMES	73
LENI APARECIDA BATISTA PEREZ CAMPOS	5
MARCIA TETTE LOPES SILVA	6
PATRICIA SALONI DE MESQUITA	155
RENATO MEIRA CRISPIM	15
RUBIA FAGALI	55
SERGIO ADRIANO GONCALVES GEIA	40



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [12/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	511	416	483
	Aguardando encerramento da instrução	152	266	168
	Aguardando prolação de sentença	11	14	12
	Aguardando cumprimento de acordo	190	188	183
	Solucionados pendentes de finalização na fase	747	917	732
	Pendentes de finalização	1.611	1.802	1.578
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	172	225	176
	Liquidados pendentes de finalização na fase	95	172	83
	Pendentes de finalização	267	397	259
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	994	914	970
	Encerrados pendentes de finalização na fase	97	144	90
	Pendentes de finalização	1.091	1.058	1.060
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	2	8	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	74	8
TOTAL		2.974	3.338	2.906

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	243	192	186
	Aguardando encerramento da instrução	276	198	227
	Aguardando prolação de sentença	9	42	15
	Aguardando cumprimento de acordo	385	239	330
	Solucionados pendentes de finalização na fase	885	857	824
	Pendentes de finalização	1.798	1.528	1.582
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	23	23	16
	Liquidados pendentes de finalização na fase	256	235	242
	Pendentes de finalização	279	258	258
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	958	751	935
	Encerrados pendentes de finalização na fase	107	111	104
	Pendentes de finalização	1.065	861	1.040
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	8	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	58	4
TOTAL		3.142	2.713	2.884



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [12/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	114	134	3
Tutelas Provisórias	94	95	2
Incidentes na Liquidação/Execução	70	76	11
TOTAIS	278	305	16

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	270	289	17
Exceções de Incompetência	11	12	4
Antecipações de Tutela	198	187	13
Impugnações à Sentença de Liquidação	10	14	3
Embargos à Execução	52	60	22
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	0	0	0
TOTAIS	542	563	59



6 - RECURSOS [12/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	326	325	27
Recurso Adesivo	17	16	5
Agravo de petição	73	45	13
Agravo de Instrumento	18	10	1
TOTAIS	434	396	46

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [09/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	741	824	10
Recurso Adesivo	47	49	2
Agravo de petição	85	89	2
Agravo de Instrumento	30	12	8
TOTAIS	903	974	22



7 - PRAZOS MÉDIOS [12/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	137	71	97	64
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	647	220	175	185
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	622	215	203	183
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	452	10	20	13

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	229	123	183	142

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	287	626	537	596
Do início ao encerramento da execução - ente público	79	544	711	543
Total / Média	366	608	572	582

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	648	128	96	105
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	972	349	278	284
Total / Média	1.620	260	213	208

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	664	143	106	118
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.015	370	314	326
Total / Média	1.679	281	240	239

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	285	28	24	22
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	730	40	38	35
Total / Média	1.015	37	34	31

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	121	111	114	122
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	240	158	168	192
Total / Média	361	142	158	172

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	278	1.403	1.035	1.195
Do início ao encerramento da execução - ente público	67	708	991	927
Total / Média	345	1.268	1.025	1.114

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0010456-39.2016.5.15.0023	18/10/2016	19/04/2016	1595
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0010596-10.2015.5.15.0023	08/06/2017	14/05/2015	1180
Do Início ao Encerramento da Execução	0047300-23.1995.5.15.0023	12/05/1998	14/03/1995	8147

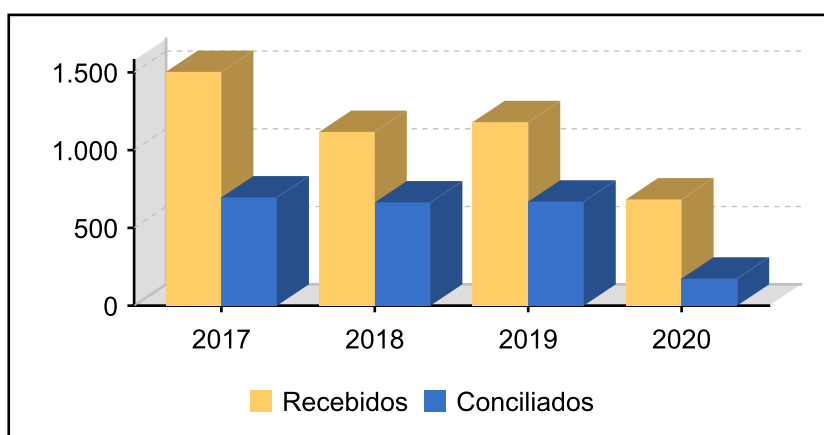


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

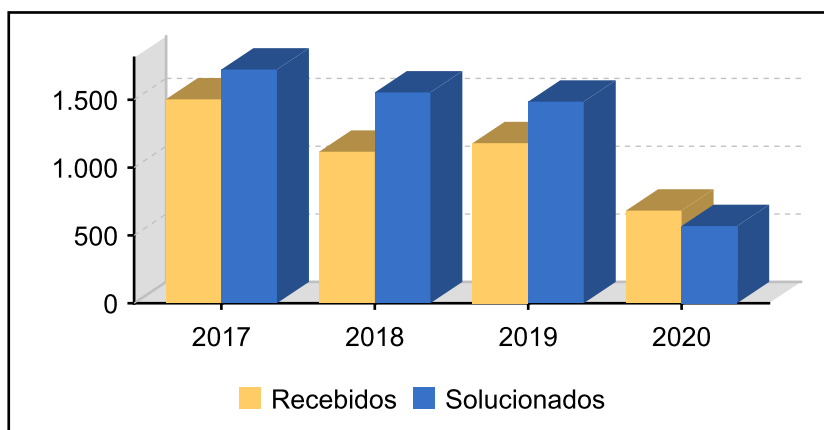
9.1 - Índice de conciliações [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	1.503	696	46,31
2018	1.117	664	59,44
2019	1.180	669	56,69
2020	683	174	25,48



9.2 - Índice de soluções [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	1.503	1.723	114,64
2018	1.117	1.554	139,12
2019	1.180	1.486	125,93
2020	683	569	83,31



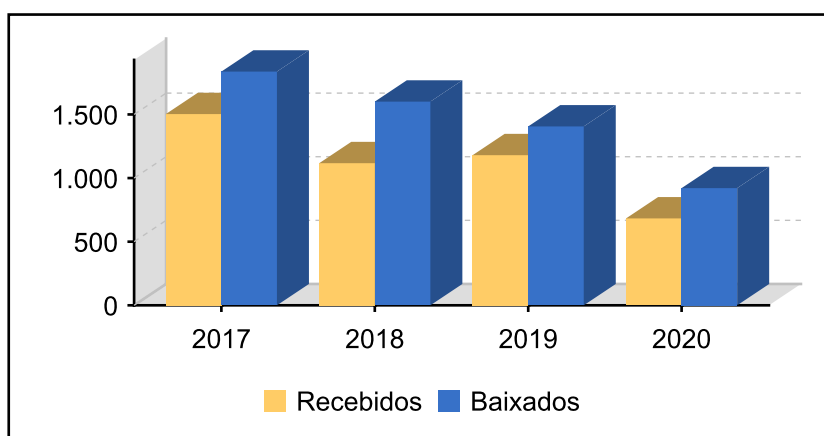


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

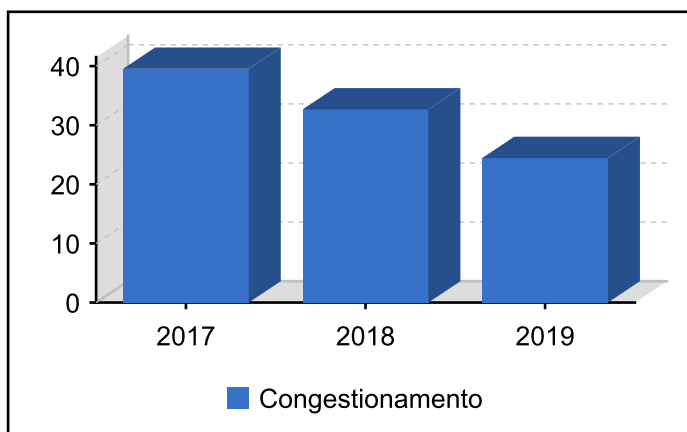
9.3 - Índice de baixas [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	1.503	1.837	122,22
2018	1.117	1.601	143,33
2019	1.180	1.406	119,15
2020	683	921	134,85



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	1.347	1.503	1.723	39,54
2018	1.191	1.117	1.554	32,67
2019	787	1.180	1.486	24,45

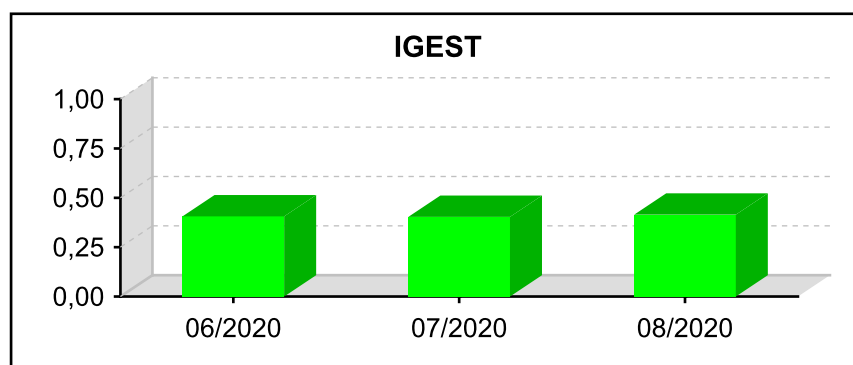
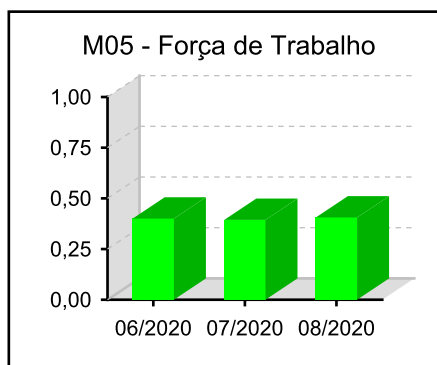
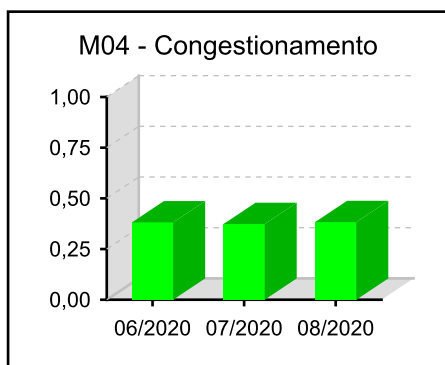
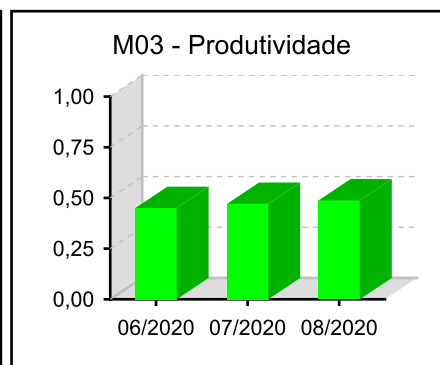
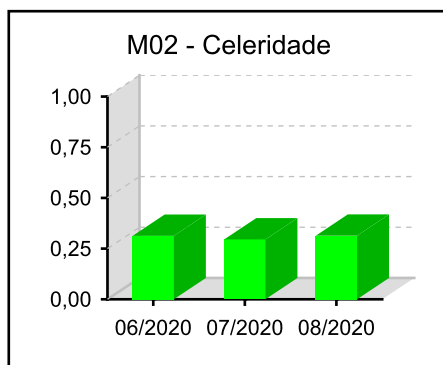
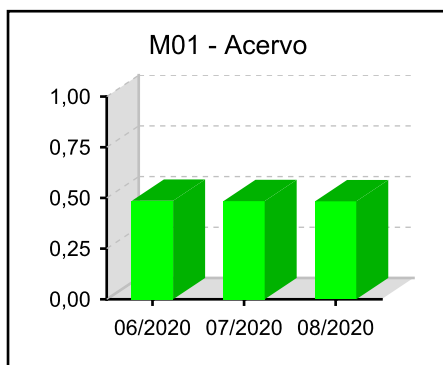




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
06/2020	0,4859	0,3128	0,4503	0,3814	0,4002	0,4061
07/2020	0,4842	0,2953	0,4706	0,3733	0,3938	0,4035
08/2020	0,4833	0,3135	0,4879	0,3829	0,4058	0,4147





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	385	32,1	32,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	482	40,2	41,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	867	72,3	74,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	112	9,3	9,6
Incidentes Processuais Resolvidos	405	33,8	34,6
Dias-Juiz	351	29,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	11.697	30,5	27,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	15.724	40,9	36,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	27.421	71,4	64,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.144	8,2	7,4
Incidentes Processuais Resolvidos	11.713	30,5	27,5
Dias-Juiz	12.780	33,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	80.087	43,6	29,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	114.306	62,3	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	194.393	105,9	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.983	12,5	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	95.973	52,3	35,7
Dias-Juiz	80.687	43,9	---

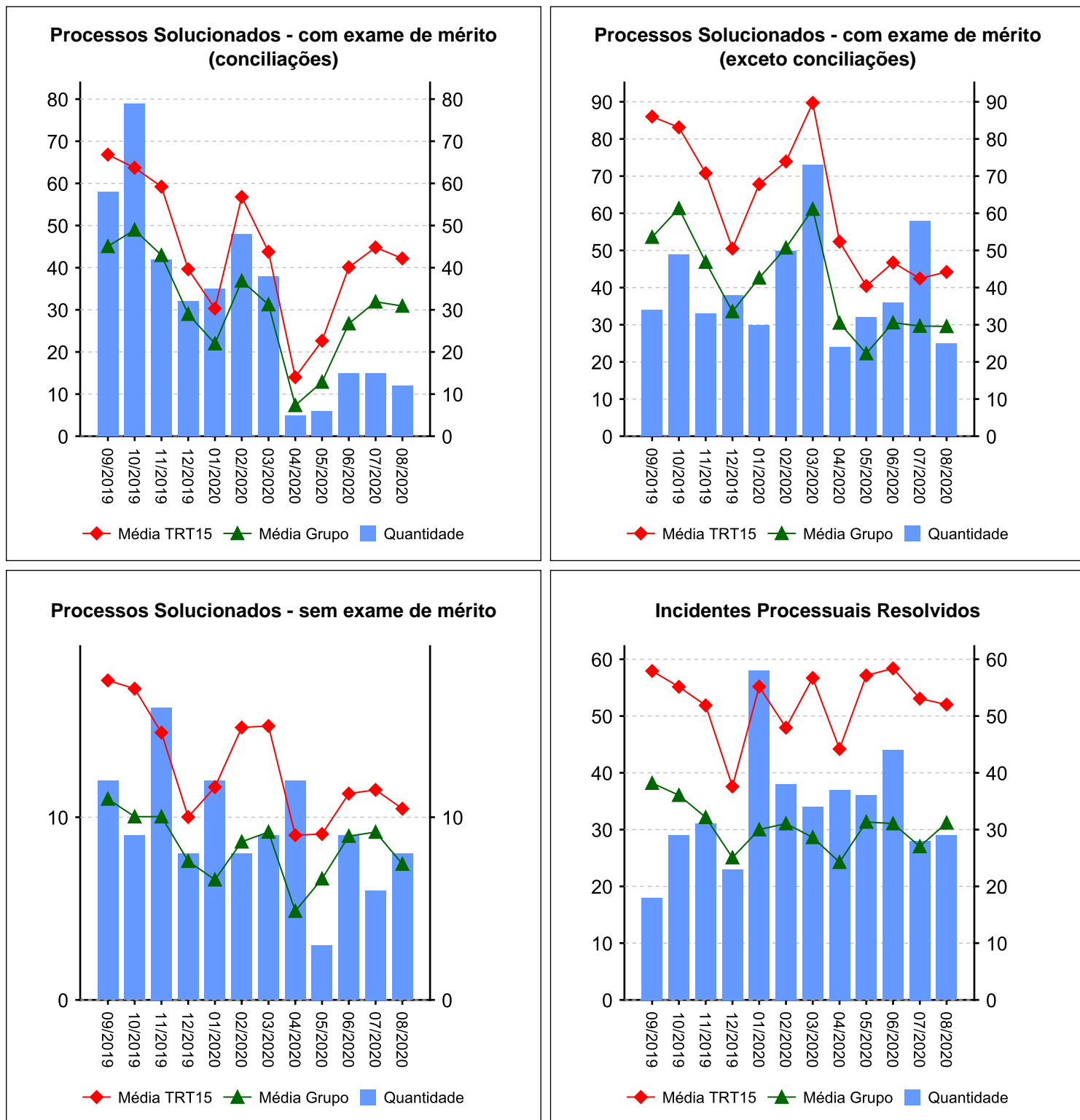
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	14	1,2	1,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	144	12,0	12,3
Sessões de audiência realizadas - una	370	30,8	31,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	136	11,3	11,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	243	20,3	20,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	5	0,4	0,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	514	42,8	43,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	379	31,6	32,4
Dias-Juiz	351	29,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	12.780	33,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	80.687	43,9	---

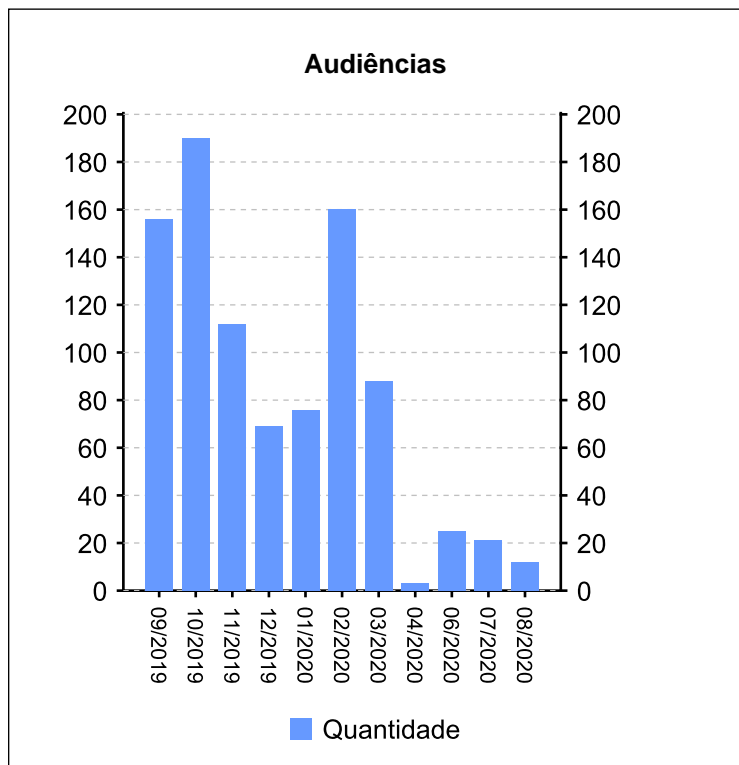


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

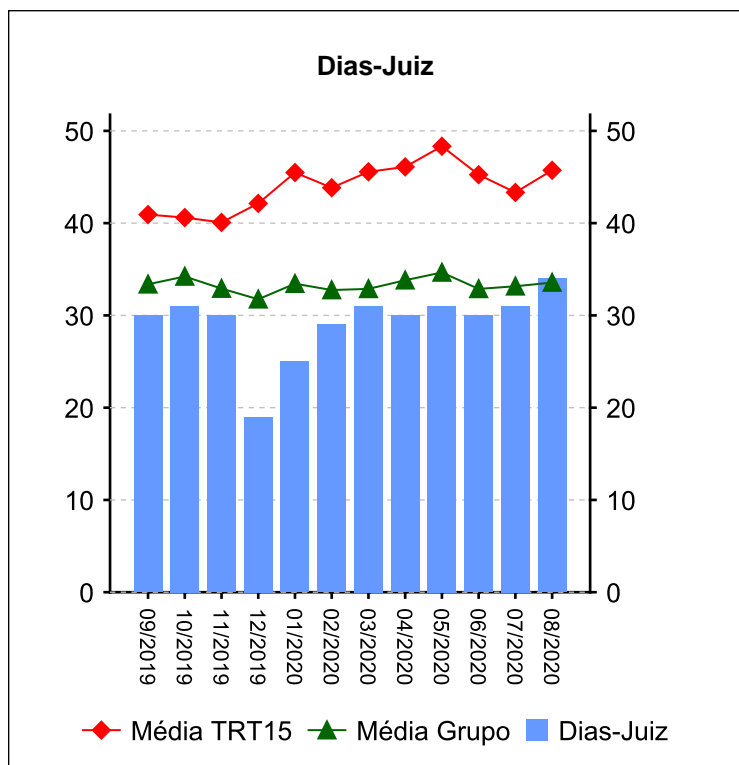
[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2019	18	47	1	36	54	156
10/2019	22	72	7	28	61	190
11/2019	21	27	5	18	41	112
12/2019	11	16	0	14	28	69
01/2020	14	0	0	12	50	76
02/2020	15	33	1	22	85	156
03/2020	5	17	0	14	51	87
04/2020	0	3	0	0	0	3
06/2020	15	10	0	0	0	25
07/2020	8	13	0	0	0	21
08/2020	7	5	0	0	0	12
Total	136	243	14	144	370	907



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2019	30
10/2019	31
11/2019	30
12/2019	19
01/2020	25
02/2020	29
03/2020	31
04/2020	30
05/2020	31
06/2020	30
07/2020	31
08/2020	34
Média Mensal	29,3



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	650	54,2	52,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	789	65,8	63,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.439	119,9	115,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	132	11,0	10,6
Incidentes Processuais Resolvidos	528	44,0	42,2
Dias-Juiz	375	31,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	18.552	48,3	39,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	23.721	61,8	50,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	42.273	110,1	90,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	4.667	12,2	10,0
Incidentes Processuais Resolvidos	14.938	38,9	32,1
Dias-Juiz	13.974	36,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	120.245	65,5	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.408	89,0	58,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	283.653	154,5	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	33.747	18,4	12,0
Incidentes Processuais Resolvidos	104.163	56,7	37,0
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

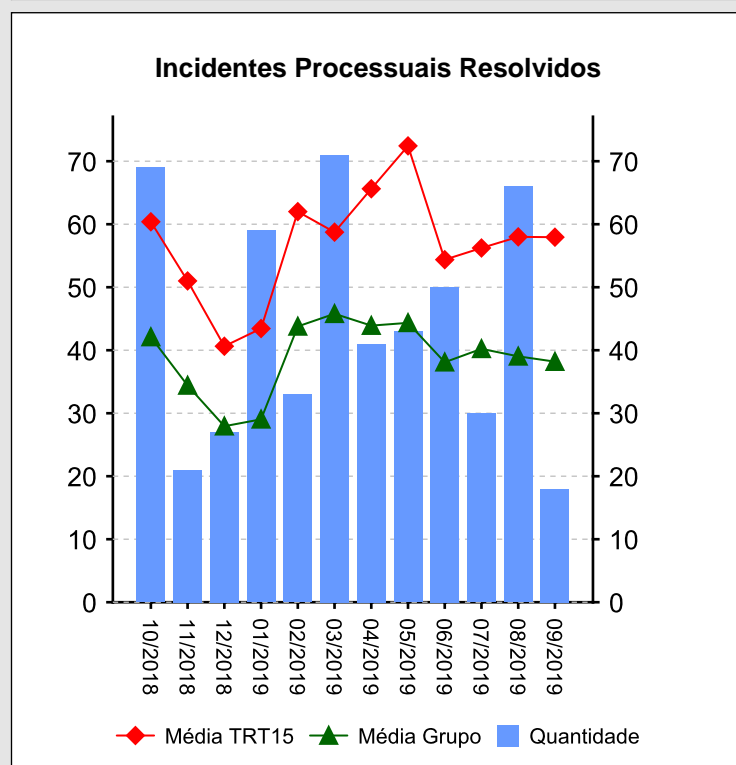
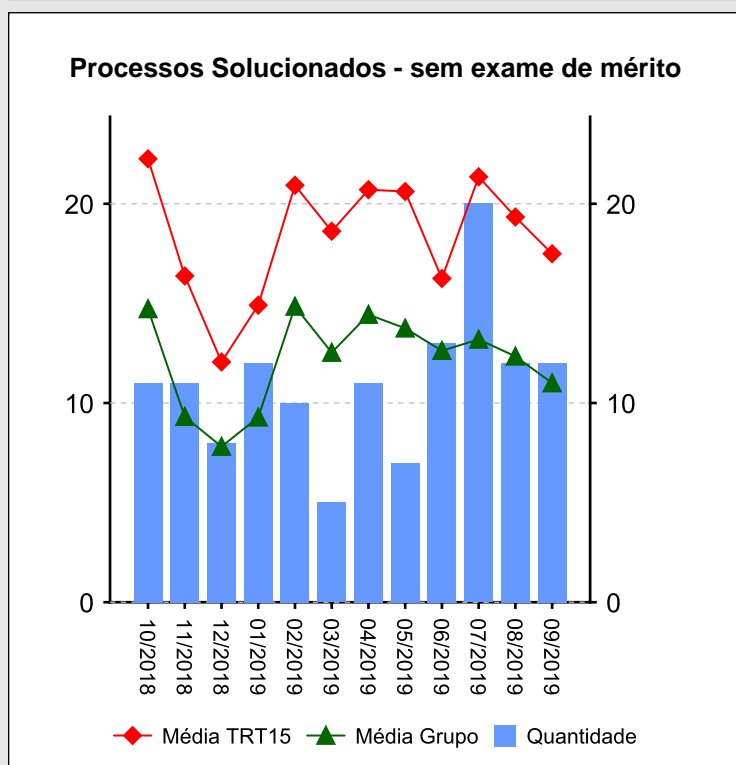
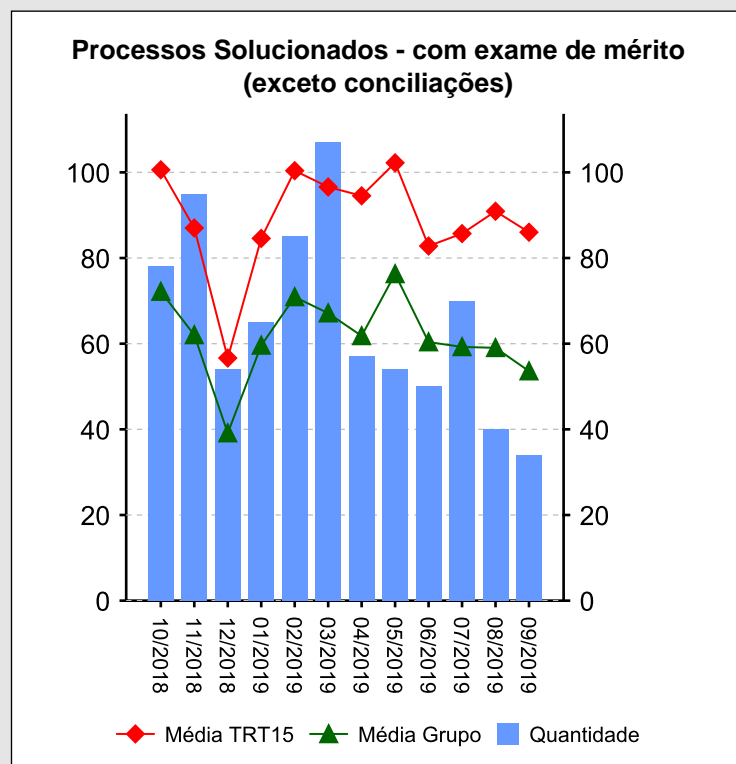
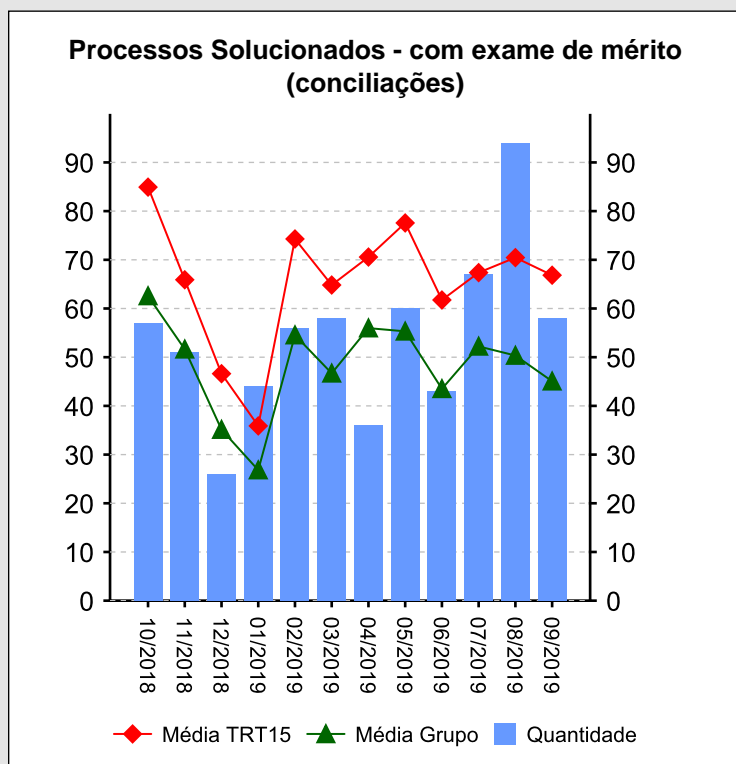
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1	0,1	0,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	500	41,7	40,0
Sessões de audiência realizadas - una	614	51,2	49,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	191	15,9	15,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	504	42,0	40,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.114	92,8	89,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	695	57,9	55,6
Dias-Juiz	375	31,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	13.974	36,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

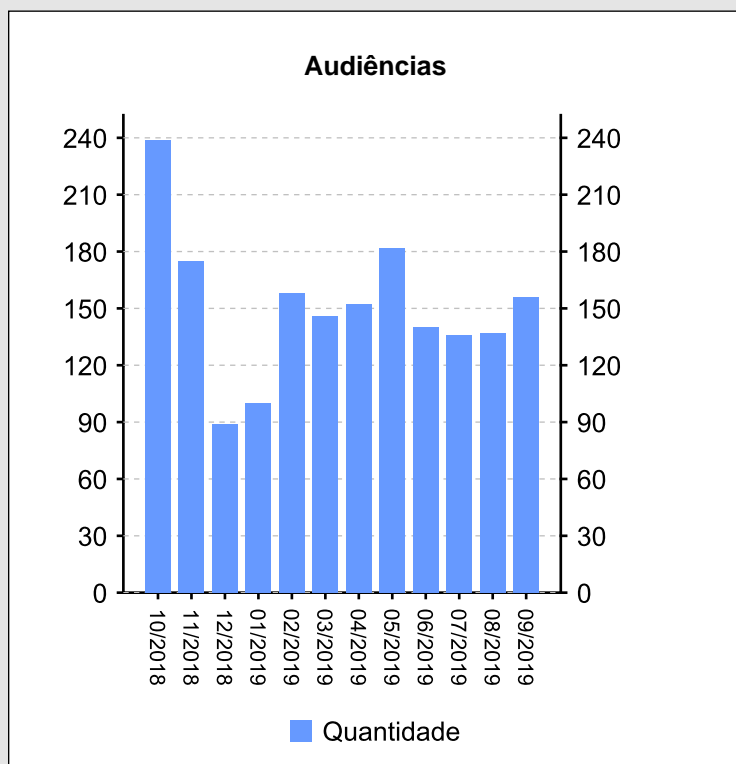
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

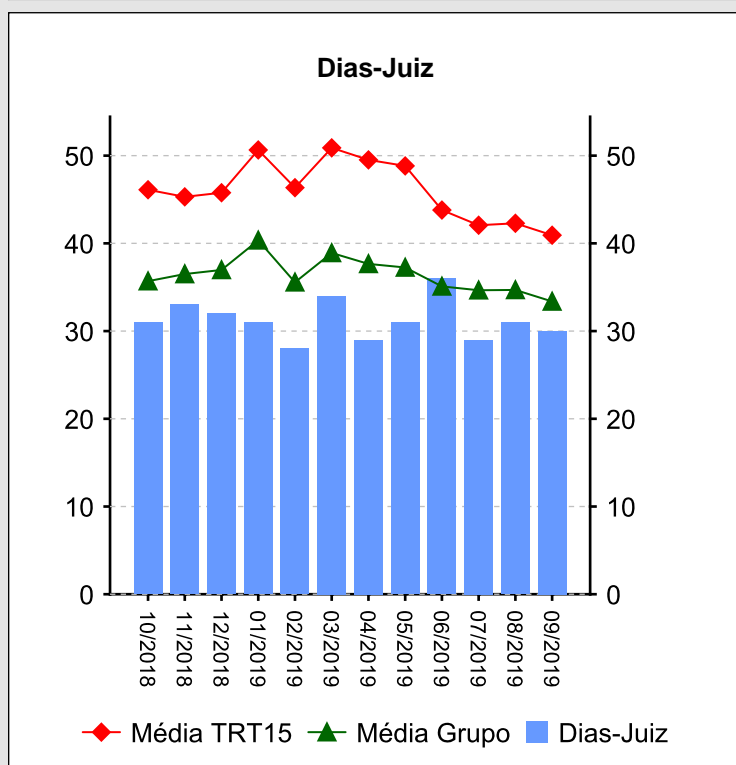
[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2018	11	56	0	64	108	239
11/2018	17	44	0	46	68	175
12/2018	0	6	0	35	48	89
01/2019	10	16	0	31	43	100
02/2019	17	46	0	52	43	158
03/2019	20	48	0	36	42	146
04/2019	19	44	0	42	47	152
05/2019	28	57	0	46	51	182
06/2019	25	49	0	26	40	140
07/2019	2	48	0	45	41	136
08/2019	24	43	0	41	29	137
09/2019	18	47	1	36	54	156
Total	191	504	1	500	614	1810



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2018	31
11/2018	33
12/2018	32
01/2019	31
02/2019	28
03/2019	34
04/2019	29
05/2019	31
06/2019	36
07/2019	29
08/2019	31
09/2019	30
Média Mensal	31,3



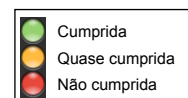
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

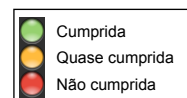
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1180	1486	1180	0	98	124	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

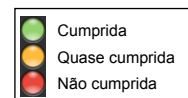
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1503	1383	1531	0	124	32	26 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
517	446	517	71	43	37	86 %





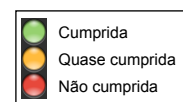
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

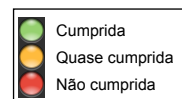
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
9	9	0	1	89 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
311	245	299	100 %





13 - ARRECADAÇÃO [12/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 183.148,09	R\$ 14.541,78	R\$ 1.386.048,28



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2015	4
2016	4
2017	17
2018	22
2019	153
2020	474



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3 – não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.

15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 4 (quatro) dias da semana;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 243 (duzentas e quarenta e três) no período de 09/2019 a 08/2020;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, principais prazos da Vara do Trabalho, eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao MMº Juiz para sentença e incidentes, número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até:

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
INICIAIS/ Ord:	25/01/2021	1	119
INICIAIS/ Sum:	-	0	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNAS/ Ord:	04/03/2021	4	157
UNAS/Sum:	23/02/2021	2	148
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	24/05/2021	0	238
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	19/05/2021	0	233
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	10/03/2021	0	163
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	22/03/2021	0	175
CONCILIAÇÃO:	-	0	-
MEDIAÇÃO:	05/11/2020	13	38
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	28/01/2021	0	122

Observações: R. A unidade informa que ao longo da pandemia continuou marcando pauta convencional, na incerteza de quando as atividades presenciais retornariam, obedecendo a seguinte média semanal: INI, 05; UNA, 23; INS, 11.

O procedimento tinha por escopo também deixar a pauta preparada para imediato retorno. Criou-se a rotina de, uma semana antes, nos processos em que havia certeza de citação válida, direcioná-los da seguinte forma:

- 1) adiar em virtude da complexidade ou a requerimento das partes;
- 2) aproveitar a data para receber a defesa e abrir prazo para a réplica/manifestação sobre outras provas;
- 3) sanear processos em pauta de instrução, de modo a filtrar aqueles que, em audiência, se mostrariam aptos a julgamento sem necessidade de provas orais;
- 4) encaminhar para mediação telepresencial.

Diante da facilidade proporcionada pelo PJE, para que as partes falem nos autos, é possível prescindir, muitas vezes, do contato telepresencial, posto que este canal depende de acesso de partes e advogados a recursos tecnológicos e espaços seguros, nem sempre disponíveis.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Por outro lado, as audiências de mediação se mostraram um mecanismo complementar eficaz. A intenção do Juízo era mesclar o procedimento de audiências presenciais com a rotina de audiências telepresenciais, mantendo a pauta preparada para eventual retorno.

Uma vez recomendada a designação de audiências INI e INS telepresenciais, o Juízo alterou parcialmente a sistemática que vinha sendo empregada. Para o ano de 2020 foi criada pauta específica nessa modalidade e, para os processos sobejantes, abriu-se pauta presencial a partir de 21/01/2021.

Atualmente, embora já tenhamos as datas e horários definidos, eles ainda estão sendo inseridos no sistema. Esclarece-se que a alteração na sistemática importou em reorganização, que, em virtude do volume de processos acumulados, demandará alguns dias para ser completada.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>
INICIAIS/ Ord:	30/11/2020
INICIAIS/ Sum:	01/12/2020
UNAS/ Ord:	-
UNAS/Sum:	-
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	25/11/2020
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	09/12/2020
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	02/12/2020
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	24/11/2020
CONCILIAÇÃO:	29/09/2020
MEDIAÇÃO:	05/11/2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-
---	---

Observações: R. Triagem e remanejamento: salvo os casos de remanejamento, os processos são examinados pelo MM Juiz que faz a triagem daqueles aptos à inclusão em pauta telepresencial.

16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	0	4	1	0	4	9
	tarde	0	0	0	0	4	4
terça	manhã	0	4	1	0	4	9
	tarde	0	0	0	0	4	4
quarta	manhã	0	4	1	0	4	9
	tarde	0	0	0	0	4	4
quinta	manhã	0	4	1	0	4	9
	tarde	0	0	0	0	4	4
sexta	manhã	0	0	0	0	0	0
	tarde	0	0	0	0	0	0

Observações: R. Quantidade média apurada

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR nºs 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da Portaria GP nº 25/2020, que institui Grupo de Trabalho visando à implementação e ao acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial prevista na recém publicada Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 006/2020, que estabelece as medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

O prazo para realização das audiências será objeto de análise unificada em todo o Regional após o pleno retorno das atividades e finalizadas as redesignações das audiências.

Em que pesem as dificuldades relatadas para a realização das audiências telepresenciais de instrução, bem como as estratégias adotadas, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, cumprindo recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT nº 064/2020, de 26 de agosto de 2020, determina aos MMºs Juízes que realizem audiências telepresenciais do tipo iniciais e instruções, sob pena de responsabilidade, em cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato Nº 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das audiências deve estar alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.

Registra-se que foi apontada a ocorrência de inconsistência observada nos indicadores de audiências realizadas nos meses de julho/2020 e agosto/2020 apresentados pelo RAR. Havendo, portanto, discrepância entre os dados do RAR e do e-Gestão. Em análise preliminar feita pela Corregedoria, foi identificada a criação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



novos tipos de audiências no e-Gestão, de forma a contabilizar adequadamente as sessões realizadas por meio de videoconferências, em razão da pandemia de Covid-19, e autorizadas pela Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020. Tal criação de tipos de audiências não foi comunicada a esta Corregedoria e como os relatórios gerados pela Corregedoria utilizam dados do e-Gestão, sempre que há alguma alteração no e-Gestão, é necessário que o RAR e demais relatórios afetados, dentre eles a Ata de Correição Ordinária, sejam ajustados à nova realidade de indicadores estatísticos. Como não foram recebidas informações sobre os novos tipos de audiências, o RAR passou a exibir os dados de forma equivocada, demandando ajustes. Portanto, seria necessário realizar ajustes no e-SInCor para corrigir o erro apontado e permitir o efetivo aproveitamento do RAR. Entretanto, a permissão para a continuidade da utilização do sistema aguarda deliberação dos Comitês de Governança e de Segurança da Tecnologia da Informação, impedindo, neste momento, que as correções sejam efetuadas.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, *“cabendo aos magistrados avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos”*.

Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.

Em cumprimento às determinações acima, a 1ª Vara do Trabalho de Jacareí informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Bacenjud, Infojud, Renajud, CCS, Simba, bem como o saneamento de 11 (onze) contas judiciais e a liberação de R\$ 1.109.581,99 (um milhão cento e nove mil quinhentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) por meio do Projeto Garimpo, até a 01/10/2020.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional teceu elogios pelo valor notável liberado em virtude do Projeto Garimpo e recomendou que continuem sendo observados com rigor os termos da Ordem de Serviço nº 09/2020 - CR, Ofício Circular 02/2020 - CR e Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020. Recomendou, ainda, que os valores que se encontram em processos físicos sejam liberados com prioridade, tão logo ocorra o retorno ao trabalho presencial.

Recomendou, ainda, que seja verificada a existência de inconsistências nas quantidades de incidentes e de recursos pendentes apontadas nos itens 05 e 06 desta ata.

18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, o Senhor Diretor de Secretaria da Unidade informou que:

“Equipamentos inadequados: parte dos servidores com falta de equipamentos adequados para o trabalho remoto obrigatório, tendo o problema sido solucionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



com a utilização do maquinário do Tribunal;

Notificações: *dificuldades na realização de notificações para as partes sem advogado, especialmente pelo trabalho prestado pelos Correios (informações inconsistentes, não retirada dos expedientes no Fórum apesar de acordado, greve), problemas minimizados com a entrega dos expedientes pelo nosso servidor diretamente na agência.*

Ausência da ferramenta SABB: *a ausência da ferramenta impacta os resultados da execução, considerando a redução do número de ordens de bloqueio efetuadas. Vale lembrar que a ferramenta apresentava resultados efetivos fruto de suas características (reiteração de ordem abarcando grande número de processos), o que não acontece com o comando manual, considerando a inexistência da funcionalidade “teimosinha” do Sisbajud, ainda não liberada.*

Orientações aos servidores: *as orientações, esclarecimentos de dúvidas, reuniões e organização de trabalho são implementadas diariamente via chat (a unidade tem um grupo onde se dá a interação e troca de informações) ou reuniões via Google Meet, para tratar de assuntos específicos.*

Por fim, informo que a servidora Patrícia Saloni de Mesquita encontra-se em gozo regular de férias.

Declaro, sob pena de responsabilização, que as informações prestadas neste questionário refletem a realidade da Vara, são verdadeiras e de pleno conhecimento do(a) Magistrado(a) responsável.

Jacareí, 30 de setembro de 2020

Sergio Adriano Gonçalves Geia

Diretor de Secretaria

1ª Vara do Trabalho de Jacareí “ (grifamos)

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional sugeriu a adoção da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



prática de realizar reuniões diárias, preferencialmente, em dois horários estabelecidos de comum acordo com a equipe. O primeiro para tratar de assuntos relacionados ao trabalho e o segundo para uma conversa sobre temas diversos. Essa prática, implementada há tempos na Secretaria da Corregedoria pelo Sr. Secretário, permite uma maior integração da equipe, além de um maior acolhimento das pessoas no período de isolamento.

Por ocasião da correição, foram tecidas considerações sobre as funcionalidades da ferramenta Sisbajud; sobre a necessidade de se dispensar maior atenção na remessa dos recursos para a Segunda Instância; sobre os incidentes pendentes; sobre os processos com as maiores idades médias; sobre os índices do Igest; sobre os processos da fase de liquidação que se encontram no arquivo provisório e o cumprimento das metas nacionais.

Por fim, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional ressaltou sua preocupação com a carência de juízes e servidores, demandando muita criatividade para produzir mais com menos força de trabalho. Por fim, sugeriu que invistam na realização de audiências de mediação, agradeceu a todos pelo empenho, pela dedicação e solicitou que os esforços continuem a fim de que a prestação jurisdicional seja a mais célere possível.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar, com rigor, o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar, com rigor, os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo), Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar, com rigor, a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

20 - ATENDIMENTOS:

O Excelentíssimo Corregedor Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, aos advogados previamente inscritos: Dr. Paulo Furukawa.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – O MMº Juiz Titular Adhemar Prisco da Cunha Neto está autorizado a residir fora da jurisdição (PROAD nº 4733/2020).

21.2 – O Excelentíssimo Corregedor Regional conversou remota e reservadamente com o MMº Magistrado.

21.3 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 6 de outubro de 2020, às 12h00, encerraram-se os trabalhos e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.